

Título: Golas anti-fumo: feitiço virou-se contra o feiticeiro

Autor: Óscar Afonso

Data de envio: 03/07/2019

Quem manda e decide diz-nos que foi feito um concurso público transparente para fornecimento de “golas anti-fumo”, enquadradas num programa de excelência e pleno de virtudes, denominado de “Aldeia segura”. Sem questionar se o programa de excelência visava afinal distribuir “brindes de propaganda” em ano de eleições a uma população envelhecida carente de atenção, vamos ver se percebi o que se passou.

Dizem-nos que houve concurso público, mas o que aconteceu foi o envio de "convites" a cinco empresas específicas para que apresentassem propostas de fornecimento das golas. Enfim, em cada caso problemático e mediático os políticos começam sempre com a mesma mania de nos tratarem por “burros”! Sabe-se que existem em Portugal centenas de empresas especializadas com profissionais experientes e conhecedores a operar no mercado de fabrico e/ou fornecimento de equipamentos de segurança contra incêndios, pelo que, sabendo das notícias, todo o cidadão português se perguntou: quais terão sido os raios dos critérios utilizados para a escolha das cinco empresas se nenhuma opera na área? Sendo inocente, acreditando no “Pai Natal” e “burro” havia dois critérios possíveis: ou empresas que a “Foxtrot”, a ganhadora de Guimarães da área do turismo e restauração, “arranjou” para enviar o convite ou então, porque não, empresas cujo nome tivesse sido fornecido pela lista de firmas pré-aprovadas nos postos de atendimento “empresa na hora” aquando da constituição dessas firmas. Digo isto porque a “Edstates”, de Fafe, se dedica às confeções e bordados, a “Brain One” de Arouca opera na área da informática e publicidade, a “Coldeport” de Benavente comercializa eletrodomésticos, e a “Mosc” de Póvoa de Lanhoso confeciona roupa feminina. Porém, como não somos inocentes, não acreditamos no “Pai Natal” e, em média, somos mais inteligentes, todos sabemos qual foi o critério de escolha da empresa fornecedora.

Confrontada com o facto das golas anti-fumo não terem as necessárias propriedades anti-inflamatórias nem anti-fumo, a “Foxtrot” justificou que tal nunca lhe foi pedido e que também não constava do caderno de encargos – como?! Mais tarde, ao que parece, terá alertado o cliente para essa situação, sugerindo a utilização de tecidos anti-fumo e não inflamáveis, mas o cliente terá recusado o alerta por alegadamente ficar mais caro. Porém, confrontada com o facto de ter cobrado 1,80 Euros por gola, quando o preço de mercado ronda os 0,68 Euros, a “Foxtrot” justifica a discrepância de preços com o tempo e a grande dimensão da encomenda. Imagine-se a irracionalidade económica que a justificação dada comporta. Qualquer “burro” sabe que, porque há custos fixos, o custo de produção diminui sempre com o aumento da quantidade produzida!

Mas há mais! Para além de fazerem de nós “burros” com a mentira do concurso público, transparente, em situação de descontrolo, como sempre, tentam sacudir a água do capote com a ideia do "inquérito urgente", desejando, neste caso, responsabilizar a “Autoridade Nacional de Protecção Civil” e o ajudante (padeiro de profissão) do Secretário de Estado da Protecção Civil, quando afinal os responsáveis por todo o processo são, no mínimo, o Ministro da Administração Interna e o seu Secretário de Estado. Então

finalmente entendi melhor a visionária Inês Pedrosa quando, na RTP, para criticar o discurso de João Miguel Tavares, no 10 de Junho afirmou “essa ideia de se chamar um homem comum, então que chamassem o melhor padeiro (...)” pois não é que foi o que fez exatamente o Secretário de Estado da Proteção Civil?!

Perante tamanha “ar-gola-da” e a Lei sobre o "Regime de Incompatibilidades" que determina, para estes casos, a automática exoneração de funções, questiono-me que país é este em que o Secretário de Estado da Proteção Civil ainda não apresentou a demissão, ou não foi demitido. Isto para não perguntar o mesmo em relação ao Ministro, que, à boa maneira da tradição que incorpora, não tolera ser contrariado nem incomodar o chefe! É que, como diz o bom povo e a boa educação, o exemplo deve vir de cima. Afinal, para que serve a justiça e o que anda a fazer o Presidente da República?

Eu sei que muitos já não acreditam em nada e já desistiram de tudo, mas ainda espero que este caso sirva para reflexão pois se em cada caso mediático se deteta um problema (de favor particular) com inúmeras vítimas (nós, os outros portugueses) imagine-se o números de problemas e vítimas que a ação governativa acomoda.